

Do bairro à cidade, da cidade à cidadania: Investigação-ação participativa e organização comunitária em contexto de habitação pública

Beatriz Pereira¹

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto

João Queirós

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto
Instituto de Sociologia, Universidade do Porto

RESUMO

Este artigo apresenta os aspetos estruturadores e as principais concretizações do projeto “Há Vida em S. Lázaro”, desenvolvido com residentes de um bairro de habitação camarária localizado na cidade de Amarante, no Norte de Portugal. Fundamentado nos princípios e orientações da investigação-ação participativa (IAP), este projeto de intervenção social e educativa de base comunitária apostou na promoção da reflexão, do diálogo, da interação e da inclusão, entendendo-os como fatores cruciais para o reforço dos laços sociais, a (re)construção das solidariedades locais e a constituição de formas renovadas de (auto-)organização e de participação cidadã.

Mobilizando vontades e esforços de um grupo nuclear constituído por cerca de uma dezena de moradoras-participantes, o projeto contribuiu para transformar relações e práticas sociais quotidianas, colmatando necessidades identificadas como prementes, e suscitou a revisão da abordagem do Município a este seu espaço habitacional, tornando-a mais humanizada, ativa e participada. Traduzindo a convicção de que é possível trilhar caminhos de mudança através do desenvolvimento social e educativo das pessoas e comunidades, as realizações e resultados deste projeto oferecem pistas para uma revisão e renovação das formas de intervenção comunitária a desenvolver em contextos tantas vezes marcados pela relegação social e política como são os da habitação pública.

Palavras-chave: Habitação pública; Educação e intervenção social; Investigação-ação participativa; Participação cidadã; Desenvolvimento comunitário.

ABSTRACT

This article presents the structuring aspects and the main results of the project “Há Vida em S. Lázaro”, developed by residents of a council housing estate located in the city of Amarante, in Northern Portugal. Based on the principles and guidelines of participatory action research (PAR), this community-based social and educational project focused on promoting reflection, dialogue, interaction, and inclusion, considered crucial factors for strengthening social ties, (re)constructing local experiences and solidarities, and creating renewed forms of (self-)organization and citizen participation.

Through the action of a core group of around ten residents-participants, the project contributed both to the transformation of everyday social relationships and practices, thus meeting several pressing personal and social needs, and to the change of the Municipality's approach to this council housing estate, making that approach a more humanized, active, and participated one. Basing on the conviction that it is possible to build pathways of change through the social and educational development of persons and communities; the achievements and results of this project provide insights regarding the revision and renewal of forms of community intervention in contexts so often marked by social and political relegation such as public housing.

¹ Endereço de contacto: beasampaio@gmail.com

Keywords: Public housing; Social education and intervention; Participatory action research; Citizen participation; Community development.

1. Introdução

Os últimos anos têm observado a intensificação do debate público em torno da “questão habitacional” em Portugal, em especial em resultado da notoriedade que têm adquirido fenómenos como os que estão relacionados com a persistência de situações de grave carência habitacional, o crescimento dos custos associados ao arrendamento ou à aquisição de casa própria, a quantidade e visibilidade dos casos de pessoas em situação de sem-abrigo ou as dificuldades para fazer progredir, com resultados visíveis, as iniciativas de construção ou disponibilização de habitação pública (ver, sobre esta questão, e entre muitas outras possibilidades, Allegra & Tulumello, 2019, Mendes, 2020, Santos, 2023, Silva et al., 2020, bem como o conjunto dos artigos incluídos no dossiê que este último texto introduz).

A maioria das reflexões e das mobilizações sociais, políticas, mediáticas e académicas em torno desta temática tem incidido sobre tópicos como: quadro legislativo de referência e mecanismos regulatórios existentes e a criar; medidas de política pública a privilegiar e priorizar e identificação dos grupos sociais a considerar prioritariamente; critérios e formas de acesso às diferentes medidas; tipologias e modalidades de construção; fontes, modalidades e condições de financiamento. Menos presentes continuam a ser as perspetivas, análises e iniciativas que colocam o foco no conhecimento e reconhecimento da relevância que podem assumir as formas de envolvimento e participação das pessoas e comunidades nos respetivos quadros habitacionais e de vida, designadamente em contexto de habitação pública.

A história das políticas urbanas e habitacionais e dos processos de realojamento no nosso país tem sido, sobretudo, a de planear e, eventualmente, construir e “entregar a chave” da casa. Desconsiderada, ou relegada para plano secundário, tem ficado a participação das pessoas, famílias e formas associativas de base local nas diferentes fases daqueles processos (Agarez, 2018; Allegretti & Dias, 2019; Cachado, 2013; Freitas, 1994; Guerra, 1994; Pereira, 2023; Queirós, 2019; Rodrigues, 2012).

Num quadro de forte desigualdade social como aquele que caracteriza a nossa realidade urbana, desigualdade que se traduz em divisões e hierarquias bem vincadas, estes espaços e os seus moradores são frequentemente segregados e estigmatizados, e muitas vezes desconsiderados pelas próprias instâncias que criaram e tutelam tais espaços (Carreiras, 2018; Queirós, 2019). Todavia, como bem notou Guerra (1994), numa chamada de atenção que se tornou um bordão da intervenção comunitária em contextos como estes, as pessoas – os moradores de bairros de habitação pública – “não são coisas que se ponham em gavetas”, nem devem ser reduzidos a essa sua condição ou à descrição redutora e estereotipada que tantas vezes deles é feita. Para lá das ideias pré-concebidas e dos “problemas” existentes – reais ou apenas imaginados a partir do exterior –, há vida e história nestes espaços; há dificuldades – como as que resultam dos baixos rendimentos, das baixas qualificações, da degradação do edificado ou do isolamento social –, mas há também memórias e identidades pessoais e coletivas ricas e diversas, experiências de mobilização e ação conjunta bem-sucedidas, expectativas e projetos de futuro, vontades de ação e mudança.

A construção de espaços de escuta, de diálogo e de expressão e ampliação das vozes dos residentes e das suas experiências e vontades, promovendo as identidades e as sociabilidades locais e reforçando as formas de relação com o exterior do bairro, no sentido da constituição de uma comunidade mais coesa, ativa e participativa, foi o grande mote do projeto de intervenção social e educativa intitulado “Há Vida em S. Lázaro”, que o presente artigo apresenta sinteticamente (um relato desenvolvido do projeto está disponível em Pereira, 2023). Construído com e pelos moradores da Urbanização de S. Lázaro, um espaço de habitação camarária localizado perto do centro urbano do concelho de Amarante, no Norte de Portugal, este projeto, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social (especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos) da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, fundamentou-se nos princípios e orientações da investigação-ação participativa (IAP), assumindo-a como horizonte epistemológico, metodológico e programático do trabalho de base comunitária proposto e concretizado naquele contexto.

No presente artigo, pretende-se fazer a apresentação sucinta do quadro teórico-metodológico em que este projeto se baseou, para depois descrever o contexto da intervenção e o caminho projetado e percorrido, discutindo as principais realizações e resultados alcançados.

2. O “bairro social” entre o olhar redutor e estigmatizante e as possibilidades de afirmação e (re)valorização dos laços sociais e das identidades locais

O parque de habitação pública representa, no nosso país, apenas uma fração residual de todos os alojamentos: cerca de 2% (IHRU, 2018). Todavia, os “bairros sociais”, que congregam a esmagadora maioria das casas públicas, são dos contextos residenciais e de vida que mais atenção político-mediática recebem – geralmente não pelos melhores motivos. Embora a larga maioria destes bairros esteja longe de apresentar os “problemas” que lhe são atribuídos, tais contextos surgem frequentemente representados e descritos como “bairros degradados, social e urbanisticamente desintegrados da malha urbana” (Guerra, 1994, p. 11), como “círculos de pobreza instalada” (Capucha, 2000, p. 11), como espaços de vulnerabilidade, vício e criminalidade. Aquém da análise das necessidades concretas que estes contextos apresentam e, sobretudo, aquém da evidenciação das razões económicas, políticas e sociais na origem da situação de segregação e desfavorecimento de vários destes locais e das populações que os habitam, o facto é que grande parte das pessoas se limita a observar estes espaços a partir do “exterior”, com base em representações comuns e estereotipadas construídas, geralmente, em função das visões mediáticas dominantes. Estas pessoas tenderão, portanto, a “alucinar” estes espaços, como diria Fernandes (2021, p. 135), e a identificar o morador do “bairro social” com o “pobre”, o “marginal”, o “beneficiário (de prestações sociais)”, o “delinquente”. O estigma associado ao espaço de residência tende a transferir-se para os seus moradores, produzindo efeitos na respetiva imagem pública e autoimagem, afetando, de forma muitas vezes decisiva, o quadro de relações sociais em que essas pessoas se inserem (Queirós, 2019; Wacquant, 2006).

Mesmo que não deixem de tentar desenvolver “estratégias de distinção social”, e mesmo que procurem pôr em prática “procedimentos de revalorização individual” e até formas de ação coletiva como forma de afastar ou contestar a representação negativa de que são alvo (Queirós, 2019; 2022), o facto é que a incorporação, por muitos indivíduos e famílias residentes em habitação pública, daquelas imagens estereotipadas e estigmatizantes tende a produzir desânimo e desmoralização, contribuindo para o deslaçamento social e o desengajamento face ao dia-a-dia do bairro, a perda de referentes identitários e a desvitalização do espaço público e da vida comunitária (Carreiras, 2018; Queirós, 2019; Wacquant, 2006).

Estes processos são reforçados, a montante, pela crescente individualização dos modos de vida e, nos próprios contextos, por fatores adicionais de base sociográfica e sociológica. O envelhecimento que caracteriza muitos espaços de habitação pública, e que tende a impulsionar o recuo de boa parte dos moradores para o reduto doméstico, por exemplo, e a heterogeneidade social e cultural que frequentemente os caracteriza (contrariando visões provenientes do exterior, habitualmente “homogeneizantes”) constituem elementos propiciadores da quebra de laços sociais e de relações de vizinhança e da diminuição das formas de apropriação e vivência coletiva do espaço público, podendo até contribuir para intensificar fenómenos de conflitualidade interidentitária e interpessoal.

Sabendo-se que a existência e consolidação de sentimentos de identidade e pertença e o desenvolvimento de sociabilidades e formas diversas de interação, diálogo e ação coletiva fortalecem a autoimagem e a autoconfiança, contrariam o isolamento, estimulam a participação cívica e incentivam outras pessoas a envolverem-se na vida da comunidade (Elvas & Moniz, 2010), a educação e intervenção social nestes contextos emerge certamente como abordagem crucial, com o seu foco na valorização das competências e potencialidades das pessoas, a promoção da autonomia e a construção e consolidação de disposições para a participação ativa na resolução dos problemas e na confrontação das necessidades consideradas localmente prementes (Ander-Egg, 2003; Carvalho & Baptista, 2004). Em contextos socioterritoriais que possam ser marcados pelo estigma e caracterizar-se pela perda de laços e referentes identitários e pela fragmentação e rarefação das sociabilidades e das solidariedades, a concretização deste papel e poder transformador da educação e intervenção comunitária pode ser bastante difícil. No entanto, ela poderá permitir impulsionar a organização e a mobilização das pessoas, contribuindo precisamente para reconstruir sentimentos de

pertença, proteção e segurança, reafirmar a identidade local coletiva e, assim, contribuir para uma maior coesão, bem-estar e satisfação individual (Elvas & Moniz, 2010).

3. A investigação-ação participativa como horizonte e quadro organizador da intervenção em contextos de habitação pública

Fundar a intervenção social e educativa desenvolvida em contextos comunitários nos princípios e orientações da IAP significa assumir o propósito de abertura de caminhos de ação e mudança baseados em conhecimento construído e partilhado através do diálogo permanente com as pessoas, nos seus espaços e tempos, e considerando o seu papel central enquanto sujeitos da transformação a alcançar (Lima, 2003; Monteiro, 2019). Significa também construir “um sólido pensamento metodológico, capaz de lidar com a incerteza, sem ceder ao relativismo” (Monteiro, 2019, p. 68), compreendendo o carácter sempre imperfeito e inacabado do diálogo encetado e dos caminhos que o mesmo permite idealizar e abrir, aceitando a natureza voluntária, necessariamente autodeterminada e possivelmente volátil do envolvimento e participação das pessoas. Significa, enfim, apoiar a criação de “formas de saber descentradas, emancipatórias e comprometidas com a capacidade e o direito de cada pessoa e de cada comunidade produzir e organizar o seu próprio discurso e a sua própria narrativa” (Monteiro, 2019, pp. 75-76), adotando uma atitude democrática, assumindo uma abordagem flexível e respeitando as condições, ritmos e vontades de todos os intervenientes, fonte e finalidade da intervenção (Monteiro et al., 2024; Serrano, 2008; Timóteo & Bertão, 2012).

Tal como a intervenção em bairros de habitação pública não deve reduzir-se à construção das casas e à “entrega das chaves”, o desenho e desenvolvimento de um projeto de educação e intervenção social, na ótica da IAP, não há de restringir-se à “programação”, “apresentação” e “implementação” de objetivos e atividades nos contextos, tomando as pessoas como recetoras passivas de propostas heteronomamente determinadas e “fechadas” (de tipo “chave-na-mão”). É certo que as instituições que tutelam contextos como estes – as câmaras municipais, por exemplo – têm muitas vezes dificuldade para acolher, compreender e apropriar um quadro organizador da intervenção social e educativa “no bairro”, como o que a IAP estabelece; é mais frequente, e possivelmente mais cómodo e menos desestabilizador de hierarquias, lógicas e rotinas de atuação estabelecidas, projetar a intervenção a montante, “no gabinete”, e proceder depois à respetiva “operacionalização” e “materialização” no contexto (ou então simplesmente nele “replicar” um projeto tido como bem-sucedido noutras paragens).

Se as pessoas “não são coisas que se ponham em gavetas” (Guerra, 1994), e se, portanto, há que considerar os moradores de bairros camarários necessariamente como “autores do seu próprio destino e, como tal, protagonistas privilegiados de um viver em comum”, não os tratando como “meros recursos, nem meros beneficiários” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 52), importa sem dúvida favorecer a constituição de novas formas de envolvimento e de construção de uma consciência individual e coletiva promotora da participação das pessoas na determinação das possibilidades futuras dos seus contextos residenciais e das suas vidas.

Foi o que procurou fazer o projeto “Há Vida em S. Lázaro”, tendo a IAP figurado como o horizonte epistemológico e metodológico da construção de um caminho de ação e mudança baseado na abertura, na negociação e na participação, na (auto-)organização e na intervenção coletiva e colaborativa – um caminho que se ambicionou que fosse libertador (Santos & Bertão, 2020). Alicerçar o projeto na IAP significou aqui o envolvimento ativo dos moradores do bairro em todos os momentos do processo, dos contactos iniciais aos momentos de avaliação realizados em fim de percurso; a criação e consolidação de laços de proximidade e confiança entre todas as partes envolvidas; o desenvolvimento de pontes de comunicação e ação entre o bairro e o quadro envolvente; a evidenciação e mobilização dos recursos endógenos; a implicação dos moradores em todos e cada um dos processos de tomada de decisão e na definição colaborativa dos propósitos, momentos e formas de concretização da ação.

4. O projeto “Há vida em S. Lázaro”: contornos e concretizações

4.1. Enquadramento institucional

Num quadro marcado pela consolidação e alargamento do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, as autarquias assumem um papel de relevo crescente em matéria de intervenção habitacional e social. Para além de se assumirem como promotoras e gestoras de habitação pública, as câmaras municipais detêm um papel cada vez mais importante, a montante, no planeamento e definição da ação no domínio da provisão de alojamento (têm, por exemplo, que criar “estratégias locais de habitação” orientadas para o curto e o médio prazos), ao mesmo tempo que são chamadas a desenvolver, a jusante, de forma cada vez mais organizada e ativa, novas medidas de política e novas estratégias de intervenção promotoras da coesão social e territorial e do bem-estar e qualidade de vida das populações que habitam nos espaços residenciais que gerem (Agarez, 2018; Allegretti & Dias, 2019; Mendes, 2020).

O projeto de mestrado a que este texto se refere teve o Município de Amarante como entidade de acolhimento e principal fonte de suporte institucional. Tendo sido apresentado e proposto (e imediatamente acolhido pelos serviços municipais) como projeto “em aberto”, estruturado em torno do horizonte da IAP – e, portanto, como projeto que necessariamente haveria de ser construído *no contexto* e *com as pessoas* –, ele não deixou de considerar e de procurar ampliar a vontade explícita do Município de aprofundar o contacto e o diálogo com os moradores das suas “urbanizações camarárias”, no quadro do processo que então decorria, de concretização da “estratégia local de habitação” e de idealização de novas formas de envolvimento da população e de dinamização da atuação camarária nos planos social e habitacional.

Em Amarante, a resposta de “habitação social” do Município é entendida como tendencialmente temporária e transitória e destina-se a agregados familiares em situação considerada de grave carência económica que não consigam encontrar outra resposta neste domínio. Por meio desta medida, a Câmara Municipal de Amarante pode apoiar até 240 famílias, distribuindo-se estas por seis grupos habitacionais, predominantemente localizados no centro urbano do concelho. Em 2023, havia 204 famílias apoiadas por esta medida, tendo estas sido selecionadas com base em critérios como falta de condições habitacionais mínimas e/ou recursos económicos limitados, muitas vezes devidos a situações de desemprego ou de rutura familiar (Serôdio et al., 2023). As (assim designadas) “beneficiárias” desta resposta incluem, sobretudo, famílias monoparentais, seguidas por famílias nucleares com filhos e, em menor escala, famílias isoladas ou alargadas. A maioria destas famílias enfrenta desafios associados aos baixos níveis de escolaridade e aos insuficientes recursos culturais e económicos.

O Município de Amarante reconhece que esta resposta é insuficiente: no *Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020*, o domínio da habitação é destacado como domínio prioritário de intervenção, para que “através do acesso a habitação condigna, se potencie a inclusão social de pessoas cuja vulnerabilidade socioeconómica não o permite” e para que, por essa via, seja possível promover a “coesão territorial, investindo-se no desenvolvimento de respostas que permitam a manutenção de vínculos sociais relevantes nas comunidades locais” (Serôdio et al., 2021, p. 72; ver também Oliveira et al., 2015).

Assumido este enquadramento e as motivações político-institucionais existentes, foi acordada a vantagem de desenvolvimento deste projeto de Mestrado em Educação e Intervenção Social no âmbito da resposta de “habitação social” do Município, tendo sido selecionada a Urbanização de S. Lázaro como contexto imediato da intervenção. Estas foram as únicas pré-condições colocadas ao desenho e desenvolvimento do projeto; de resto, o projeto seria um espaço de experimentação e inovação, a IAP seria o seu horizonte epistemológico e metodológico e o respetivo curso seria determinado pelo que o contexto e os participantes (voluntários) desejassem e suscitassem².

² Um agradecimento especial é devido à Divisão de Desenvolvimento e Coesão Social da Câmara Municipal de Amarante e, em especial, às profissionais da área da Habitação Social, pela adesão imediata e abertura permanente aos propósitos e propostas do projeto “Há Vida em S. Lázaro”. Em todos os momentos do percurso de trabalho realizado, foi possível contar com a disponibilidade de chefias e pessoal técnico deste setor da Câmara Municipal de Amarante, que, de modo sempre construtivo, olharam o projeto como possibilidade de, a partir de um caso concreto, explorar, experimentar e aprofundar formas de

4.2. A Urbanização de S. Lázaro³

A Urbanização de S. Lázaro destaca-se pelas suas características arquitetónicas não convencionais, com os seus três lotes de reduzida volumetria, e pela sua localização central, junto ao centro urbano e à zona histórica de Amarante e próxima a vários equipamentos e comodidades (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e 2). Com três lotes e oito entradas, este é um bairro de pequena dimensão, onde viviam, em janeiro de 2023, 47 agregados familiares, congregando um total de 99 pessoas. Predominavam, nesta altura, as famílias de pessoas isoladas (36%) e as famílias monoparentais femininas (23%), seguindo-se as famílias alargadas (15%), as famílias nucleares sem filhos (13%), as famílias nucleares com filhos (11%) e, finalmente, as famílias monoparentais masculinas (2%). A população era maioritariamente composta por mulheres (64%), sendo mais de dois terços dos residentes (68%) adultos em idade ativa, tipicamente com baixos níveis de escolaridade (dois terços tinham quatro ou menos anos de escolaridade, incluindo 8,5% sem qualquer nível de escolaridade, e apenas 8,5% tinham o ensino secundário completo, não havendo qualquer residente com ensino superior). O desemprego de longa duração, abrangendo 22% dos residentes, era uma realidade significativa, contribuindo para limitar os rendimentos disponíveis e para acentuar os riscos de vulnerabilidade económica e social. A maioria dos moradores residia nesta urbanização há mais de dez anos, tendo sido nela realojada por circunstâncias relativas a ausência ou escassez de rendimentos, falta de condições da situação habitacional anterior e/ou falta de retaguarda familiar, processo de desalojamento ou situações de rutura familiar.

Figuras 1 e 2. Aspetos da Urbanização de S. Lázaro, em Amarante



Fonte: Pereira (2023)

Dos contactos iniciais com a população residente, realizados, a partir de outubro de 2022, em momentos distintos e sucessivos, que incluíram momentos de contacto direto e personalizado com representantes de

intervenção mais ativas e participadas a desenvolver subsequentemente nos espaços de habitação camarária existentes. Para além do acesso inicial a S. Lázaro e da ponte criada entre a promotora deste projeto de investigação-ação e os/as residentes do bairro, o Município de Amarante disponibilizou ainda recursos muito relevantes para a concretização do mesmo, designadamente a possibilidade de utilização das instalações da Casa da Portela, um equipamento municipal muito conhecido e de fácil acesso (situado a cerca de dez minutos a pé do bairro), e a utilização do Pavilhão Desportivo Municipal de Amarante, que fica localizado precisamente junto à Urbanização.

³ Esta é a designação formal que a Câmara Municipal de Amarante, sua proprietária e gestora, dá a este bairro. A utilização desta designação tornou-se, entretanto, generalizada entre os moradores, que se referem ao bairro desta forma, isto é, como “urbanização”, “urbanização de S. Lázaro” ou “a urbanização” (quando não, simplesmente, como “S. Lázaro”). Neste artigo, como no relatório do projeto a que o presente texto se reporta, optou-se por identificar explicitamente o contexto da respetiva realização, por nenhuma das partes implicadas no processo de trabalho desenvolvido se opor a esta opção (havendo até indicações e incitações claras a que o local fosse identificado). Manteve-se, todavia, no relatório-base, como aqui, o anonimato das pessoas que participaram diretamente no projeto – moradoras, sobretudo, mas também pessoal técnico do Município e outros atores locais (Pereira, 2023).

cada um dos agregados familiares residentes, num total de quarenta reuniões, bem como entrevistas com quatro moradoras (“representantes de entrada”) e diversas conversas informais promovidas na urbanização, resultou clara uma forte satisfação com a casa e o espaço doméstico, bem como com aspetos relativos à localização e inserção urbana do bairro, contrastando estas opiniões com um certo desânimo e desgosto face ao bairro enquanto espaço público de relacionamento, sociabilidade e vizinhança ativa.

Para as pessoas escutadas através de entrevista semidiretiva e em diversos momentos de encontro e conversas informais, durante as quais se abordaram aspetos relativos às dimensões afetiva e simbólica ligada ao espaço residencial e ao contexto doméstico, a casa surgia, na linha do observado por Queirós (2019, p. 114), como “repositório de memórias pessoais e familiares, espaço de múltiplos investimentos materiais e afetivos”. Fora dela, porém, pareciam existir menos razões para apreciações positivas e valorizadoras, destacando-se manifestações relativas à perda de laços e referentes identitários coletivos, à fragmentação das sociabilidades e das relações de vizinhança e até a expressão de animosidades entre moradores (a ideia de um “gosto pela casa” coetâneo de um “desgosto pelo bairro”, que parece caracterizar muitos contextos deste tipo, foi bem evidenciada por Pinto, 1994).

Numa mesma entrada ou patamar, havia registo e evidências de relacionamentos sólidos e espírito de colaboração e entreatada, mas este não se estendia ao conjunto da urbanização. A caracterização do momento presente tendia, aliás, a distinguir-se da realidade típica de momentos anteriores do bairro, tidos como momentos “áureos” de interação, convívio e organização coletiva. A memória de atividades conjuntas realizadas anos antes e o elogio desses momentos (“Antigamente, sim, era bom...”) ocorriam frequentemente, sendo contrastados com a anomia identificada como típica do quadro de relações presentes.

O frequente resgate e desejo de valorização de memórias positivas da vida coletiva no bairro conjugava-se com um sentimento de relativo mal-estar e descontentamento face a problemas do espaço residencial tidos como prementes, persistentes e não confrontados. Da reclamação de maior atenção e intervenção regular por parte dos serviços municipais à enunciação da possibilidade e interesse de constituição de uma associação de moradores, passando pela importância percebida da revalorização da figura da “representante de entrada”⁴, entretanto algo secundarizada no bairro, vários eram os indícios que, nos momentos iniciais de desenvolvimento do projeto, sugeriam a presença de vontades e disposições de apropriação coletiva, auto-organização e participação mais ativa e conseqüente na reconstrução de formas de interação e ação conjunta, visando a confrontação das principais necessidades sentidas pela população local.

Em muitos momentos, a expressão destas vontades parecia querer transformar-se em silêncio resignado, em virtude da descrença nas possibilidades de uma sua concretização efetiva, da desconfiança nas capacidades próprias, da passividade em face de uma esperada intervenção “exterior” e da insuficiência ou retração de movimentos de liderança e assunção de protagonismo. Todavia, através do diálogo, da promoção de espaços renovados de interação e de escuta ativa, da partilha de experiências e da reflexão feita coletivamente, foi sendo possível ultrapassar estas barreiras, fomentando relações de proximidade entre moradores, reforçando o sentido de grupo e gerando sentimentos positivos de pertença e filiação.

O desenho e desenvolvimento do projeto assentou, sobretudo, nas vontades e contributos de um grupo nuclear de nove moradoras-participantes (mulheres), a que se juntaram várias outras pessoas em diferentes momentos e atividades do projeto (oscilando o número habitual de participantes ativos entre dez e quinze moradores, três dos quais homens). Com estas pessoas, foi possível construir paulatinamente um caminho colaborativo de fortalecimento das redes de vizinhança, de desenvolvimento de competências e de fomento da associação e da participação cívica

4.3. “Há Vida em S. Lázaro”

Para o desenho e desenvolvimento do projeto “Há Vida em S. Lázaro”, foram convocadas, entre outubro de 2022 e julho de 2023, as experiências, vontades e contribuições de diversas pessoas residentes nesta urbanização camarária, bem como das profissionais do setor da habitação social do Município. Uma referência muito especial deve ser feita ao grupo de nove mulheres que mais direta e regularmente se

⁴ A “representante de entrada”, geralmente uma mulher, corresponde a uma moradora, nomeada pelos/as representantes dos grupos domésticos residentes em cada entrada do bairro, que aceita responsabilidade pelo exercício de pequenas funções de gestão corrente dos espaços comuns, arranjo e limpeza dos patamares e escadarias e interlocução junto da Câmara Municipal a propósito de assuntos de interesse do coletivo de moradores da respetiva entrada.

implicou no desenho e desenvolvimento do projeto. Este grupo, que integrou pessoas de diferentes entradas, incluindo algumas moradoras que assumiam a função de “representantes de entrada”, foi o núcleo estruturador e dinamizador da intervenção: juntas, estas mulheres reivindicaram a possibilidade de agir para dar “uma nova vida a S. Lázaro” – mantiveram uma participação regular ao longo da duração do projeto e nas suas diferentes ações; organizaram “caminhadas de vizinhos” e lanches-convívio; reuniram-se fora do espaço de encontro criado pelo projeto; e promoveram uma petição, solicitando ao Município a realização de uma reunião para tratar de assuntos do interesse dos moradores. Estas mulheres tiveram, de facto, um papel ativo e decisivo na procura de soluções para a resolução participada e coletiva das necessidades que consideraram prementes no bairro e foram catalisadoras das redes de vizinhança e de formas de organização solidária que motivaram e envolveram outros membros da comunidade local.

Dando força às vozes e vontades destas pessoas, acordou-se que o projeto deveria contribuir para “fortalecer os laços sociais, solidariedades e vivências cidadãs na Urbanização de S. Lázaro, em Amarante, apostando no desenvolvimento dos recursos e competências dos seus membros e na promoção da respetiva qualidade de vida, através da participação cívica e da ação comunitária”. Esta finalidade, ampla e aspiracional, foi visada pelos seguintes objetivos gerais, definidos pelas e com as participantes:

- OG1 – (Re)Criar contactos, redes e laços sociais, mobilizando e partilhando recursos identitários e promovendo o interconhecimento, a (auto-)organização e a ação coletiva;
- OG2 – Fortalecer a participação ativa, cidadã e democrática, a relação com as instituições públicas e a implicação na vida e situação da Urbanização;
- OG3 – Promover experiências e desenvolver competências essenciais para a vida, aprofundando relações com o tecido institucional e associativo envolvente.

A concretização destes objetivos (que surgem especificados em Pereira, 2023, pp 43-44) fez-se através da adoção de estratégias ativas, flexíveis e adaptativas, explorando assuntos e preocupações de ordem pessoal e, sobretudo, coletiva e estimulando a reflexão sobre valores, comportamentos e ações dos participantes.

A constituição de um grupo de partilha e discussão foi o corolário dos contactos realizados após o arranque da presença regular na urbanização, ocorrido em janeiro de 2023, depois de um período, de outubro a dezembro de 2022, dedicado à obtenção e análise de informação de enquadramento sobre a realidade do bairro, sobre os moradores e sobre as políticas municipais de habitação. Materializava-se, desta forma, uma vontade de associação e ação coletiva manifestada em entrevistas, conversas informais e outros contactos no local. Grupo voluntário e aberto, este núcleo de moradoras depressa se constituiu como espaço de consolidação de laços, tendo sido dínamo da participação dos seus membros – e de outros moradores – na conceção e desenvolvimento subsequente do projeto.

Ao diálogo no grupo e com o grupo nuclear de participantes – concretizado em cerca de vinte momentos de encontro realizados ao longo do segundo trimestre de 2023 –, juntaram-se ainda outras estratégias de promoção da interação no bairro e com entidades externas, incluindo momentos de convívio aberto, mesas-redondas, ações de informação e sensibilização, oficinas e debates, desenvolvidas com o propósito de ampliar a comunicação e a deliberação conjunta, fomentar a partilha de opiniões e conhecimentos e debater barreiras e eventuais hostilidades. Estas estratégias serviram também para contrariar desafios e desânimos e para concretizar a avaliação e ajustamento do projeto, realizados de forma sistemática, contínua e participativa, envolvendo todas as participantes e considerando as suas perceções, posicionamentos e vontades.

Neste processo, o projeto “Há Vida em S. Lázaro” delineou e concretizou três ações principais.

A Ação 1, intitulada “**Vidas (In)Comuns**”, desempenhou um papel central no projeto. Ela atendeu às necessidades de desenvolvimento do espírito de grupo e de comunidade, sendo, por isso, direta ou indiretamente, elemento estruturador das demais ações. No quadro desta ação, fomentaram-se a comunicação e as relações entre participantes, para (re)criar laços e promover o interconhecimento, estimular a sociabilidade e projetar formas de diálogo e auto-organização comunitária. O nome da ação, “Vidas (In)Comuns”, reflete a ambição de, sublinhando a pluralidade identitária e a diversidade de experiências e vontades presentes neste contexto específico, reconhecer a existência e a necessidade de (re)construção e consolidação de um espaço-tempo e de um contexto comum e partilhado: a Urbanização de S. Lázaro. Esta ação visou o OG1 e os respetivos objetivos específicos.

A Ação 1 organizou-se em torno de duas atividades principais, decorridas entre abril e junho de 2023: “Quem são os/as moradores/as de S. Lázaro?” e “As caminhadas dos vizinhos de S. Lázaro”. Em ambos os casos, o que esteve em causa foi o desenvolvimento de dinâmicas de promoção do conhecimento mútuo e o

fortalecimento das relações, visando uma convivência mais coletiva, o estabelecimento de um processo de descoberta e de reflexão da pessoa sobre si própria e sobre os outros, o respeito pelas diferentes histórias individuais e o resgate de histórias coletivas. Mas estas atividades foram, acima de tudo, espaços de encontro e partilha, que permitiram que as moradoras explorassem e divisassem formas de solucionar os seus problemas, através da mobilização dos recursos existentes e da exploração de recursos até então não considerados. Uma das atividades, “As Caminhadas dos vizinhos de S. Lázaro”, constituiu mesmo – para além de contexto de encontro, conversa e passeio – um espaço de experimentação de modos de auto-organização e mobilização autónoma, já que partiu da proposta do grupo, tendo acompanhado o desenvolvimento do projeto e permanecido para lá da respetiva vigência.

A Ação 2, “**Há Vida em S. Lázaro: Uma Urbanização de Todos e Para Todos**”, quis instigar mais clara e intencionalmente o envolvimento e a participação de todos os atores na vida local e comunitária, promovendo a participação cívica, a reivindicação de direitos e o conhecimento de deveres e favorecendo o aprofundamento das relações entre moradores, representantes de entrada e representantes da estrutura do Município de Amarante. A ação organizou-se em torno de dois eixos: um primeiro marcado pela procura da religação entre os representantes da estrutura do Município e os moradores da Urbanização; um segundo, intimamente associado ao anterior, focado no conhecimento sobre deveres e na reivindicação de direitos, colocando o foco na auto-organização e na mobilização dos moradores em prol da melhoria das suas condições habitacionais e de vida. Além de contribuir para alcançar o OG2 e os respetivos objetivos específicos, esta ação contribuiu também para a concretização de alguns dos objetivos específicos do OG1.

A Ação 2, que decorreu desde os primeiros momentos de presença regular no bairro e até julho de 2023, incluiu dois grupos de atividades, a que se chamou “Viver e Valorizar a Nossa Urbanização” e “Gerir a Entrada”. No primeiro caso, tratou-se de desenvolver diversas iniciativas de construção de um percurso em direção ao aprofundamento das relações entre serviços e responsáveis do Município e moradores da Urbanização. Merece destaque a “ida à Câmara” de um grupo de 17 moradores, organizada e preparada no bairro, e que constituiu um momento de encontro entre responsáveis e técnicos camarários e população de S. Lázaro que há muito não ocorria. Esta sessão na Casa da Portela permitiu o reforço do conhecimento entre pessoal do Município e moradores da urbanização e a apresentação de pontos de vista coletivos sobre o espaço habitado e as suas condições e necessidades, bem como a criação de uma “caixa de partilha” que passou a funcionar como repositório de expressão de vontades dos moradores.

Depois desta sessão, vários momentos de encontro e debate foram realizados no bairro, culminando na construção partilhada e colaborativa de um “Guia do Morador”, documento assumido como permanentemente “em aberto” e “em elaboração”, e na organização, também no bairro, do “Dia do Vizinho”, promovido pelo grupo de participantes no projeto, aberto a toda a população local e focado na promoção do convívio, desde logo, mas também na valorização do conhecimento e do exercício dos direitos dos moradores (Figuras 3 e 4).

As atividades ligadas ao tópico de “Gerir a Entrada”, focaram-se na reflexão, problematização e valorização da figura e papel das “representantes de entrada” (ver nota 3), através da sua mobilização e envolvimento mais ativo na gestão participativa do dia-a-dia do bairro e na promoção do diálogo e da coesão entre moradores. Através do trabalho colaborativo realizado, houve lugar à identificação/eleição de novas representantes de entrada, à criação e autogestão de “mapas de limpeza”, ao envolvimento destas moradoras no estabelecimento de contactos e na passagem de informações no interior do bairro e à criação de novas interações entre representantes de entrada e representantes da estrutura camarária.

Figuras 3 e 4. Sessão na Casa da Portela, em abril de 2023, e participantes no “Dia do Vizinho” da Urbanização de S. Lázaro, em maio de 2023



Fonte: Pereira (2023)

Por fim, a Ação 3, intitulada “**Cidadãos Conscientes e Ativos**”, assentou na procura da constituição de espaços diversificados de desenvolvimento de competências consideradas necessárias e relevantes pelo grupo de participantes (comunicação, resolução colaborativa de problemas, gestão de conflitos, autonomia, conhecimento e acesso a recursos, literacia financeira, entre outras), promovendo o espírito crítico e ajudando as pessoas a navegar pelas constantes ondas de informação hoje vigentes. Esta ação visou também ligar o bairro a entidades e associações da comunidade envolvente, mobilizando os recursos existentes e revelando a toda a população a sua existência, acessibilidade e importância. As atividades incluídas nesta ação, que prosseguiram o OG3 e os seus objetivos específicos, quiseram também superar estereótipos sobre os interesses e capacidades dos moradores e investiram na (auto)capacitação de quem nelas pôde participar, através da criação de espaços de aprendizagem, partilha de conhecimento e exploração de saberes diversos. As oficinas incluídas na Ação 3 foram definidas e projetadas considerando as preferências dos participantes e procurando fomentar aprendizagens práticas e significativas aplicáveis ao quotidiano e passíveis de ajudar a construir soluções coletivas para desafios reais, adotando uma abordagem participativa e inclusiva, apoiada por recursos e entidades presentes no território envolvente. Foram desenvolvidas sessões sobre “planeamento do orçamento familiar” (com o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor), “primeiros-socorros” (com os Bombeiros Voluntários de Amarante), “arranjo e limpeza da urbanização” (com pessoal da Casa da Juventude), “gestão de conflitos e relações interpessoais” (com o CLDS 4G / AGIR), “espaço doméstico e habitacional” (também com o CLDS 4G / AGIR) e sobre “viver em comunidade” (com a GNR de Amarante), esta última a que mais interesse suscitou e mais moradores mobilizou (Figura 5).

Figura 5. Sessão de esclarecimento e debate sobre “Viver em Comunidade”, com a GNR de Amarante, em junho de 2023



Fonte: Pereira (2023)

5. Do exercício e ampliação da “voz” à efetivação da participação cidadã num bairro camarário: notas de avaliação de um projeto de educação e intervenção social

Fundado na comunicação aberta e permanente, na interação entre todas as partes implicadas, no diálogo e reflexão conjunta, na produção de conhecimento situado e partilhado e na inclusão, o projeto “Há Vida em S. Lázaro” constituiu-se como espaço de experimentação e desenvolvimento de formas renovadas de organização e dinamização comunitária, enraizadas nas vozes das pessoas que habitam e vivem neste espaço e orientadas para a construção ou reconstrução de laços e relações sociais, quer no interior do bairro, entre vizinhos, quer deste para com o exterior – e, muito em particular, para com o “senhorio”, isto é, a câmara municipal e os seus agentes.

Quis-se, com efeito, que este projeto pudesse apoiar a mudança nas formas de interação e diálogo típicas do bairro, (re)construindo laços e aprofundando sociabilidades e relações de vizinhança, mas quis-se também que ele pudesse ajudar a ligar o bairro à cidade, ampliando a voz dos moradores e favorecendo a sua participação cidadã. Mais importante do que a sensibilização e a informação foi o desenvolvimento de oportunidades de ação colaborativa concreta, baseadas no diálogo, na autorreflexão e na autodireção das práticas. A organização de diversas atividades no bairro e a interpelação das autoridades municipais que o projeto proporcionou revelaram-se valorizadoras da autoimagem e da autoconfiança das moradoras-participantes e de toda a comunidade local e despertaram o sentimento de que “é possível”, isto é, de que a população local pode e deve exprimir-se sobre a sua realidade e assumir uma atitude ativa na confrontação das necessidades que observa e identifica.

A avaliação do processo e resultados do projeto assumiu, em consonância com os princípios da IAP, um caráter contínuo e participado. Consideraram-se, ao longo de todo o processo, e também em intervenções avaliativas realizadas com as participantes em momentos mais avançados do projeto, elementos de reporte da perceção e satisfação com as respetivas realizações e resultados. A generalidade das participantes relatou o reforço de sentimentos de pertença, reconhecimento e capacidade de realização, considerando-se parte ativa no delineamento de soluções para os problemas locais. Esta perceção de empoderamento encontrou correspondência em ações concretas, como quando momentos de convívio passaram a ser organizados e desenvolvidos autonomamente (caso das caminhadas, por exemplo), ou como quando as moradoras-participantes decidiram elaborar uma petição solicitando ao Município a realização de uma reunião para tratar de assuntos considerados prementes (“sala de convívio”, “parque infantil da Urbanização”, “mudança da zona dos ecopontos”, “gestão da limpeza das entradas”).

Apesar de alguma irregularidade no número de participantes, o projeto contou com a ação permanente do seu núcleo de participantes, a que se acrescentaram outros moradores, em especial nos momentos mais avançados de concretização das atividades – a última das oficinas da Ação 3 e a atividade “Brinde à Mudança”, realizada no início de julho de 2023, para assinalar a conclusão do projeto, foram das iniciativas mais participadas, dando expressão a um sentimento de envolvimento crescente dos moradores nas dinâmicas coletivas e colaborativas entretanto fomentadas (“Vamos tentar manter o convívio e a partilha, como estamos até agora. Temos de ser mais unidos uns com os outros e tentar conviver todos, independentemente do feito de cada um”, constatou, em jeito de síntese, uma das participantes).

O projeto deixou também pistas para a necessária identificação e valorização dos recursos materiais, identitários e associativos existentes no bairro e na envolvente, expondo caminhos para a criação de uma verdadeira rede de recursos ao dispor da população e para a continuação e aprofundamento da lógica de trabalho em parceria. Como notou uma técnica municipal, ouvida em sede de avaliação, através de entrevista, o projeto permitiu “retomar algumas dinâmicas de intervenção comunitária anteriormente instaladas” e “promoveu uma reflexão acerca dos principais problemas identificados na urbanização e estratégias para os solucionar”. Ao criar espaços de interação e ao fomentar o diálogo entre moradores e instâncias municipais (“Fomos à Câmara e falámos dos nossos problemas!”, sintetizou uma das participantes), o projeto contribuiu para (re)iniciar um caminho que se espera que possa ser de maior comprometimento e vinculação das partes ao princípio da articulação e gestão democrática da questão habitacional e social local.

Da parte do pessoal técnico e dos responsáveis municipais, houve lugar à declaração de um desejo e interesse em aprofundar o conhecimento da realidade local e em promover formas de atuação mais continuadas e consequentes. Neste sentido, o projeto foi avaliado por estes agentes como uma experiência-piloto relevante e

um passo importante em direção ao redesenho e construção de políticas habitacionais e sociais locais mais participadas e democráticas, mitigando abordagens distanciadas e práticas burocratizantes e fomentando a escuta ativa e o envolvimento dos moradores. Espera-se, aliás, que o projeto consiga afirmar os propósitos que desenhou localmente para lá da respetiva vigência, funcionando também como referência inspiradora para a intervenção em outros contextos de habitação camarária existentes ou a construir, influenciando positivamente a ação municipal.

Numa tónica mais geral, o projeto sublinhou ainda que estes espaços, longe de poderem ser considerados simplesmente como “problemáticos” ou “anómicos”, devem encarados como espaços aonde é necessário “voltar” e “ficar”, rompendo com respostas padronizadas e assistencialistas e concebendo novas formas de encontro, diálogo e atuação que possibilitem às pessoas que neles habitam apropriarem-se dos recursos sociais, políticos, educacionais e culturais que o local onde moram e a cidade à sua volta têm para oferecer, passo essencial no sentido de uma cidadania plena e efetiva e de uma vida coletiva mais próspera.

Referências

- Agarez, R. (Coord.) (2018). *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018*. Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [IHRU].
- Allegra, M., & Tulumello, S. (2019). O estado da habitação: introdução ao dossier. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38, iii-ix.
- Allegretti, G., & Dias, N. (2019). Participação cívica e políticas habitacionais: que desafios para Portugal?. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38, 20-26.
- Ander-Egg, E. (2003). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidade*. Lumen.
- Cachado, R. (2013). O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 48(206), 134-152.
- Capucha, L. (2000). Territórios de pobreza, onde é preciso voltar. *Sociedade e Território*, 30, 8-15.
- Carreiras, M. (2018). Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: Evidências de micro segregação. *Finisterra*, 107, 67-85.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação Social: fundamentos e estratégias*. Porto Editora.
- Elvas, S., & Moniz, M. (2010). Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise Psicológica*, 3, 451-464.
- Fernandes, L. (2021). *O Sítio das drogas*. Etnográfica Press.
- Freitas, M. (1994). Os paradoxos do realojamento. *Sociedade e Território*, 20, 26-34.
- Guerra, I. (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território*, 20, 11-16.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana [IHRU] (2018). *Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional*. IHRU.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53042>.
- Mendes, L. (2020). Nova geração de políticas de habitação em Portugal: contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, 51(144), 77-104.
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e “Palavramundo”. Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65-84.
- Monteiro, H, Timóteo, I., & Bravo, A. (Org.) (2024). *Contra-manual de investigação-ação participativa*. Quântica Editora.
- Oliveira, C., Macedo, E., & Oliveira, M. (2015). *Plano de desenvolvimento social 2015-2020*. Câmara Municipal de Amarante.
- Pereira, B. (2023). *Há Vida em S. Lázaro: projeto de intervenção comunitária com moradores de uma urbanização camarária de Amarante* [Relatório de Projeto de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/23799>
- Pinto, T. (1994). A apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. *Sociedade e Território*, 20, 36-50.

- Queirós, J. (2019). *Aleixo. Génese, (des)estruturação e desaparecimento de um bairro do Porto [1969-2019]*. Edições Afrontamento.
- Queirós, J. (2022). Efeitos de lugar, (in)ação do Estado e dissolução da vida comunitária num bairro do Porto. *Configurações*, 29, 15-38.
- Rodrigues, C. (2012). O envolvimento dos moradores nos programas de realojamento no Portugal democrático. *Configurações*, 9, 181-193.
- Santos, A. C. (2023). *A nova questão da habitação em Portugal*. Leya.
- Santos, A., & Bertão, A. (2020). O impacto da metodologia investigação-ação participativa no acompanhamento a famílias beneficiárias de Rendimento Social e Inserção. *Sensos-e*, 2(2), 5-13.
- Serôdio, R., Lima, J. A., Serra, A., Matias, S., & Borges, R. (2021). *Estratégia local de habitação de Amarante*. SINCLAB.
- Serôdio, R., Matias, S., Serra, A., Borges, R., & Mano, C. (2023). *Carta Social do Município de Amarante (2023-2027)*. SINCLAB.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto Editora.
- Silva, M., Baptista, L., Ribeiro, F., Felizes, J., & Vasconcelos, A. (2020). *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Húmus.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26.
- Wacquant, L. (2006). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia: Revista da FLUP*, 16, 27-39.